

■ ARTIGOS

■ Apontamentos para o debate sobre pesquisa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: aspectos conceituais e organizacionais

 *Urânia Flores da Cruz Freitas**

Resumo: O objetivo deste artigo é ofertar aportes conceituais e metodológicos para o debate sobre os caminhos da pesquisa na Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Para que essa ação seja efetiva e plena de sentidos, argumenta-se que é preciso considerar a ciência da práxis, os princípios da gestão democrática, do *Currículo em Movimento* (2014) e a relação teoria e prática na ação de pesquisa nos espaços escolares, de gestão e de formação. Dessa forma, apresentam-se aqui apontamentos registrados junto aos profissionais da educação que atuam na EAPE e na SEEDF, em seus diversos níveis, para que possam ser discutidos e validados nas práticas organizacionais da instituição. O caminho metodológico proposto é o da ação-reflexão-ação.

Palavras-chave: Ciência da práxis. Políticas Públicas. Pesquisa na Educação Básica. Ação-reflexão-ação. Conhecimento.

* *Urânia Flores da Cruz Freitas é graduada em Pedagogia pela Univ. Católica de Brasília; especialista em economia do trabalho e sindicalismo (UNICAMP); mestra em Estado e políticas pública de educação (UnB); doutora em desenvolvimento sociedade e cooperação internacional (PPGDSCI/CEAMI/UnB). Docente da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Contato: uraniaflores@gmail.com*

O campo da pesquisa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: ciência da práxis

Para construir os caminhos da pesquisa na educação básica e pública, é importante que possamos pensar como relacionar a investigação científica com a teoria e a prática – ou seja, a ciência da práxis. A Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) tem a responsabilidade de atuar e trabalhar com os documentos normativos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em especial com os princípios da teoria crítica que norteiam o *Currículo em Movimento* (2014) do Distrito Federal, com as diretrizes de formação continuada da EAPE e com as portarias que versam sobre a área de pesquisa. Esses documentos são referências que precisam fundamentar as opções estratégicas dos atores responsáveis por ofertar formação continuada de qualidade com base na ciência investigativa e na ação reflexiva e interventiva, buscando resultados teóricos e práticos concretos para a educação.

Assim, a tarefa de se pensar o que é a pesquisa para a EAPE e para a SEEDF, e refletir sobre como propor e fazer investigações que possam nortear as ações e as mudanças necessárias para a gestão das políticas públicas da Educação Básica e as práticas no espaço e na comunidade escolar, neste momento histórico atípico, é basilar para possibilitar uma organização institucional da atividade de pesquisa.

Isso significa também refletir como e em que um setor de pesquisa na Educação Básica do Distrito Federal pode acrescentar aos modelos de pesquisas já existentes nos espaços acadêmicos, sem os repetir, sobrepor ou fragilizar. Pensar em como investigar e agir rumo a mudanças necessárias, sem cair em academicismos maçantes ou em achismos sem ciência e pouco práticos – extremos que precisam ser evitados nesse processo de construção do conhecimento e da pesquisa na Educação Básica no Distrito Federal (DF).

A frase “só o conhecimento liberta” (PELOSO, 2012, p. 33) já foi ouvida e talvez até repetida algum dia por quase todos os profissionais da educação, atores e atrizes da política pública, da gestão e do trabalho pedagógico. O conhecimento na concepção aqui enunciada não está reduzido ao saber formal escolar ou universitário, ou apenas ao processo de compreensão de conceitos e fórmulas bem estruturadas e repetidas sem fundamento teórico prático (DEMO, 1997).

Na realidade, a concepção aqui registrada fortalece a certeza de que cada pessoa ou coletivo produz conhecimento, portanto são atores e atrizes plenos de episteme. São pessoas, atores e atrizes de seus próprios discursos, linguagens, representações, saberes e conhecimentos, com habilidades de resolução de problemas e

que interferem na dinâmica histórica e social, por meio de suas experiências práticas e/ou teóricas na vida em sociedade e nas escolas.

A episteme, no pensamento foucaultiano, é concebida como o conjunto das relações que podem unir as práticas discursivas que vão dar lugar às ciências. (FOUCAULT, 2002). Portanto, é a ferramenta que poderá revelar em cada formação discursiva, no espaço escolar e fora dele, onde localizar e realizar as passagens à cientificidade. Tudo isso utilizando, para além daqueles elementos já conhecidos, itens próprios da atualidade, como: meios digitais, mídias e aplicativos, que permitem situá-los no contexto econômico, histórico, político e social nas mais diferentes áreas do saber e do conhecimento.

O conhecimento como método e a metodologia da ação-reflexão-ação

O conhecimento tem amplitudes e, para Peloso (2012), é mais que informação, mais que cursos conceituais e leituras de livros, palestras temáticas, seminários, cursos de extensão, oficinas ou teorias científicas. Na concepção de um setor de pesquisa, destacamos que o conhecimento está relacionado à percepção de que

quem diz que sabe, mas não sabe fazer, ainda não sabe. (...) Quem nunca fez, ainda que tenha estudado como fazer, só sabe quando aplica as orientações, conforme os grupos, lugares, ritmos e culturas concretas. (PELOSO, 2012, p. 33).

Portanto, o conhecimento inclui a informação, a apreensão do saber e sua aplicação prática. Nesse sentido, aqui é acolhido como método. De acordo com Demo (1997) “o conhecimento moderno pode ser assumido como o método mais decisivo de inovação e intervenção” (p. 175). Porém, certo saber, a depender da estratégia escolhida, torna-se a força material para transformar a sociedade.

Em nosso entender, o conhecimento pode instrumentalizar o processo de emancipação da natureza humana e do trabalho. O movimento de emancipação pelo conhecimento retira, dentre outras coisas, a ideia de neutralidade e de mera reprodutividade da educação.

Dessa forma, a frase *a educação não é neutra* é de fundamental importância para se entender a teoria crítica que norteia o currículo da Educação Básica do Distrito Federal. A grande maioria de educadoras e educadores brasileiros repete essa frase e muitas vezes não percebe o que está imbuído nela. Tal afirmação, a depender do interlocutor e de seu lugar de fala, pode levar tanto para a reprodução social quanto para a busca da hegemonia em processos educativos. Na concepção gramsciana, a educação tem intenções que podem estar manifestas ou não, porque o conhecimento tem objetivo, direção, intenção e finalidade.

O ato de conhecer é adquirir conhecimento sobre alguma coisa ou algo a partir de determinada visão de mundo, de si e da sociedade. Nessa ótica, a educação e suas intencionalidades se colocam a serviço de uma ideologia, de uma proposta de sociedade, como instrumentos para garantir ou mudar determinada estratégia de poder. Por isso, pode atuar tanto como reprodutora da hegemonia como construtora de uma nova hegemonia (CRUZ FREITAS, 2021).

A ideia é construir uma área de pesquisa com estrutura adequada para cumprir as determinações legais e orientações inscritas nos documentos que regem o funcionamento da EAPE, no *Currículo em Movimento* (2014), no Plano Nacional de Educação (2014), no Plano Distrital de Educação (2015), nas Portarias nº 503/2017 e nº 11/2019 e no cotidiano escolar.

Nessa ação, o ato de pesquisar se dá com vistas a realizar projetos interventivos no sentido de atuar com os problemas reais que existem no cotidiano da escola e da gestão da educação no DF, em todos os níveis. Esse processo toma como base e estrutura a relação sujeito e objeto, teoria e prática, inscritas na dinâmica metodológica da ação-reflexão-ação (FREITAS, 2018).

Vale ressaltar que conhecimento não é meio e fim, e sendo acolhido como método para atuar com atores¹ no âmbito das políticas públicas e na ação educadora. De acordo com Demo (1997), o conhecimento tem a potência de desconstruir para inovar, e essa é a marca fundamental do conhecimento visto como método. Essa força inovadora, que pode destruir e em seguida reinventar, é o espírito que pode ajudar a legar algum sucesso na dinâmica da criação de um setor de pesquisa inovador, investigativo, interventivo, atual, dinâmico e capaz de construir respostas às demandas históricas e sociais.

No que tange à intervenção, o autor afirma que o conhecimento é o método mais efetivo para formação da competência humana, ou como propedêutica básica do saber pensar e do aprender a aprender (DEMO, 2005). Na intervenção, é possível desenvolver a capacidade de reconstruir e inovar por meio de conhecimento próprio e concreto, com base na realidade (DEMO, 1997).

É necessário destacar a força propulsora de pesquisas e projetos interventivos. Ao perceber o conhecimento como método e incluir essa dimensão, revelamos as raízes de uma proposta metodológica que não está voltada para saberes mecanicistas ou para a produção em série de resultados cegos – ou então que são necessários somente para alguns. Essa perspectiva permite captar a dinâmica do conhecimento real e vivido nos espaços escolares, de gestão e na sociedade.

O pensamento de Frei Betto (2000) de que “a cabeça pensa onde os pés pisam” (p. 100) nos alerta que a percepção da realidade concreta está ancorada em

conhecer o espaço vivido e cheio de sabores e saberes. Isso revela a necessidade da teoria e da prática interventiva na pesquisa. Isso reflete também a necessidade de conhecer a realidade e intervir sobre ela. A ideia adjacente é pisar no que se quer conhecer, enfrentar os desafios, conflitos, controvérsias e contradições no caminho. Então, a ferramenta do conhecimento concreto nos convida a percorrer um caminho mais apropriado do desconhecido e da realidade a ser revelada.

Para isso faz-se relevante destacar a metodologia da ação-reflexão-ação, estudada e desenvolvida ao longo do trabalho e da ação concreta da autora do presente artigo em cursos de formação, grupos de trabalho e pesquisas interventivas. Assim,

Essa tríade trabalha com a ideia de que a teoria e a prática estão interligadas e são indissociáveis. Tal caminho lida com o conhecimento de forma dialógica. Tenta valorizar toda a experiência prática e teórica que trazem os atores envolvidos em qualquer situação que haja relação e ação entre atores e sujeitos. Neste caso em especial, no processo de aprendizagem escolar, porém lembrando que a aprendizagem não se limita ao espaço escolar. (FREITAS, 2018, p. 81).

A autora ainda aponta que é preciso perceber essa dinâmica na formação docente e de gestores, pois,

na formação docente, o educador que está aprendendo pode descobrir que a reflexão crítica não é dada, apenas, nos livros ou por meio do pensar dos intelectuais. A reflexão é produzida pelo próprio educador em comunhão com o professor formador, o aluno, o espaço escolar e fora dele. O educador e o aluno têm suas próprias histórias de vida e estas histórias estão e serão refletidas na trajetória social e educativa. Então, é necessária a tomada de consciência concreta entre a ação de ensinar e as aprendizagens trazidas pelos atores pelo fato indiscutível de se viver em sociedade. (FREITAS, 2018, p. 81).

Para caminhar na trilha da construção de um setor de pesquisa na SEEDF, a EAPE publicou alguns normativos que servem de guia. Referimo-nos às Portarias nº 503/2017 e 11/2019. Portanto, tornou-se importante propor e refinar as definições dos conceitos expressos nesses referenciais normativos.

Esse exercício conceitual foi feito levando em conta também os mais de 31 anos de magistério, as passagens por diversas áreas na SEEDF e a experiência de mais de 15 anos de pesquisa e ensino na educação superior. Além disso, está pressuposta também aqui a convivência com as mais diferentes visões de educação e de mundo, além da percepção sensível do viver em sociedade e de observações e pesquisas realizadas na EAPE. Portanto, o que aqui se encontram propostos são os primeiros aportes para um debate e não conceitos prontos, determinados e fechados em si.

Políticas públicas de educação no Distrito Federal: aportes conceituais e normativos

Instituir uma área de pesquisa na SEEDF permitirá estabelecer e difundir a investigação teórico-prática e a cultura científica nos espaços educativos, tanto inter-scolares quanto extraescolares. Perceber as situações-problemas em qualquer área que ela se apresentar, levantar hipóteses e testar, identificar linguagens, símbolos e culturas para que se possa elaborar novos modelos no campo da educação, nas suas mais diferentes áreas do conhecimento e da gestão, por meio da ação-reflexão-ação. Assim, para construir o setor de pesquisa, a EAPE editou duas portarias que são fundantes no sentido de indicar caminhos.

Com a criação deste setor, dentre outras coisas, será possível realizar investigações, estudos, cursos, extensão, avaliações, levantamentos de dados estatísticos, utilizar e interpretar os dados do Censo Escolar e das Subsecretarias de educação, como também apresentar os resultados dessas ações. Nesse movimento, o intuito é subsidiar a pesquisa no âmbito da educação básica e pública do Distrito Federal, por meio da concepção e aplicação dos conceitos e princípios inscritos nas Portarias nº 503/2017 e 11/2019.

Como citado anteriormente, esses conceitos estão aqui colocados como aportes para o debate e são produtos do acúmulo teórico, reflexivo e prático da autora, que não os concebeu de forma individual, porque tais conceitos estão perpassados pela convivência social, coletiva e escolar, pelas leituras e trocas acadêmicas e científicas, pela experiência com gestão em políticas públicas e pelas aprendizagens ao longo da vida. Portanto, estão prenhes de vida e conhecimento coletivo e compartilhado.

As portarias mencionadas apresentam quatro conceitos norteadores e afirmam que a pesquisa científica deve atuar na formulação, implementação e aperfeiçoamento das: 1) políticas públicas para a Educação Básica do DF; 2) conhecer e propor soluções aos desafios da educação pública; 3) perceber os princípios formativos da pesquisa; e 4) propor novos modelos de formação continuada da SEEDF/EAPE. Nesse diapasão, tornou-se indispensável conceber os princípios inscritos nas portarias, princípios que vão guiar o setor de pesquisa na trajetória de construção da área. O exercício deste artigo é contribuir para essas discussões.

As políticas públicas no âmbito da Educação Básica, em função das mudanças de paradigmas nas áreas de produção, serviços, emprego, comunicação, política, educação, trabalho, tecnologia, cultura e no fazer educativo atual com o advento da pandemia do COVID-19, dentre outras,

são vistas como ações coletivas realizadas por uma autoridade pública (sozinha ou em parceria), endereçadas as situações percebidas como problemas. Tais políticas participam da criação de uma ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução de conflitos (CRUZ FREITAS, 2021, p.51).

A política pública de educação tem como tarefa fundamental traçar rumos da gestão dos serviços e das ações pedagógicas que atendam às necessidades da população e da atualidade histórica. Para alcançar tal objetivo, ao realizar pesquisas, é importante que levar em conta os atores e atrizes envolvidos no processo educativo e até fora dele, como também os contextos nos quais estão inseridos.

O conhecimento da necessidade de criação dos espaços de participação social na gestão democrática impõe à comunidade, aos gestores, trabalhadoras e trabalhadores, um exercício de organização do conhecimento das necessidades e demandas, como também das condições políticas e materiais da gestão. As políticas públicas são construídas tanto a partir dos desafios da educação quanto para tentar resolvê-los – ou seja, os dois conceitos estão interligados.

Os desafios da educação pública do Distrito Federal são concebidos como os obstáculos a serem ultrapassados para a garantia da educação pública de qualidade, e como dinamizadores da construção das políticas públicas. No âmbito da pesquisa, os desafios precisam ser considerados a partir de seus fatores externos e internos, em cada época e lugar, de forma macro e micro.

Os fatores externos (macros) são os desafios estruturais das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Os desafios internos (micros) se relacionam, dentre outros, com a gestão do sistema educacional existente no DF, os projetos e programas, o financiamento, o conhecimento da realidade. Tais fatores, ao serem investigados, subsidiarão a construção das políticas públicas. No entanto, para serem conhecidos, precisam de pesquisas capazes de revelar sua face e elucidar suas necessidades, para que possam subsidiar a elaboração de respostas aos desafios. Sendo assim, a pesquisa atua como princípio formativo.

O princípio formativo da pesquisa é visto como a possibilidade de estabelecer a relação sujeito/objeto, teoria/práxis, sem que nenhuma das categorias seja mais importante que as outras, tendo como fim os conhecimentos e as aprendizagens dos atores e atrizes envolvidos, a resolução dos desafios e a implementação das políticas públicas de educação básica.

É no processo real e concreto da investigação e da intervenção direta que se permite a dinâmica de formação em movimento e com pés na atualidade histórica. Na ação de pesquisar, quem pesquisa e o ser pesquisado ampliam de forma conjunta os seus conhecimentos e propõem saídas para os desafios enfrentados.

Dessa maneira, os atores e atrizes avançam em suas concepções e ações de forma histórica, conceitual e prática. Nessa dinâmica de investigação, por meio da ação e intervenção, conhecemos e podemos conceber como atuar na solução dos desafios a serem enfrentados e quais políticas públicas precisam ser elaboradas e efetivadas. Essa dinâmica também indica um outro olhar e um caminho para a pesquisa na rede pública e para a formação continuada.

A formação continuada é concebida como a dinâmica de atualização de conhecimentos, um direito de trabalhadoras e trabalhadores de se manterem atualizados no sentido de acompanhar as mudanças tecnológicas, inovações técnicas, políticas, culturais, históricas, econômicas e sociais.

A pesquisa na formação continuada é uma ferramenta estratégica de crescimento profissional, pessoal, social e de gestão. Na formação continuada, com base tanto nos valores do indivíduo quanto nos valores coletivos atuais, é que podemos captar valores éticos, morais, sociais e políticos, que sustentam a vida e dão sentidos às escolhas de forma racional e universal no caminho da igualdade.

O ato de realizar pesquisas focadas, também, na dinâmica da formação continuada dos profissionais da educação pública na EAPE/SEEDF subsidiará as propostas de formação necessárias à educação no DF, como também poderá nos trazer os valores pessoais, éticos profissionais e sociais que norteiam a ação desses atores e atrizes da rede. Portanto, uma formação continuada com base em valores se faz imprescindível no momento atual.

Um movimento de pesquisa e investigação mais amplo, como aqui proposto, permitirá utilizar os resultados das pesquisas como elementos importantes e fundamentais no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento do ensino, da gestão e da formação continuada, assim como para o acompanhamento das políticas públicas da educação, e dos seus desafios rumo ao cumprimento dos acordos locais, nacionais e internacionais.

Pesquisa e espaços escolares para além da escola

Essa forma de pensar e estruturar a área de pesquisa responde ainda às concepções de espaços escolares dentro e fora da escola, inscritas nos documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No espaço escolar, o Instituto leva em consideração as dimensões intraescolar e extraescolar.

A primeira é concernente à infraestrutura e às características da unidade escolar; ao ambiente educativo e ao clima organizacional; ao tipo e às condições de

gestão; à estrutura de gestão da prática pedagógica; aos espaços coletivos de decisão; ao projeto político pedagógico da escola; à participação da comunidade escolar; à avaliação da aprendizagem e do trabalho escolar realizado; à formação e às condições de trabalho dos profissionais da escola; ao acesso, à permanência e ao sucesso do indivíduo na escola (INEP, 2007).

No que diz respeito ao segundo tópico, a dimensão extraescolar, essa é dividida pelo INEP em dois níveis de fundamental importância: o nível do espaço social e o nível do governo. O primeiro nível abrange as condições econômicas, sociais, políticas e culturais; das famílias e dos estudantes; da aprendizagem escolar e da trajetória escolar do profissional e dos estudantes (INEP, 2007).

O segundo contém a garantia do direito de acesso a uma educação pública e gratuita; a definição e a efetivação de diretrizes ou parâmetros curriculares nacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino; a produção de estatísticas e de avaliações educacionais; e a existência e a efetivação de programas suplementares ou de apoio pedagógico. Aqui acrescentaria, de acordo com Cruz Freitas (2021), a autonomia da escola pública na educação básica como parte do debate.

Percebe-se que as dimensões macro e micro são fundantes na dinâmica educativa, social, econômica, cultural e política. Nesse processo, é possível difundir a cultura e a prática científica, empírica e tecnológica nas unidades escolares e na gestão da educação de forma geral.

Essa difusão tem como objetivo estimular atividades voltadas à aprendizagem científica, com processos investigativos entre estudantes, professores, gestores, sociedade civil, pesquisadores, comunidade e parceiros, de modo a promover a apropriação das etapas de desenvolvimento de um trabalho científico teórico e prático, relacionado com as necessidades vividas e demandas do contexto concreto e atual da sociedade.

Pode-se, assim, realizar ações de problematizações, levantamentos de hipóteses, investigações, análises, conclusões, avaliações e ações para solução de problemas, com divulgação e possível generalização da experiência. Esses aspectos fortalecem a criatividade, o raciocínio lógico, a capacidade de pesquisa e estimulam a autonomia científica, intelectual e as aprendizagens.

A aprendizagem prática, científica e tecnológica centrada na ação educativa poderá levar professores, estudantes, sociedade civil, comunidade e demais profissionais envolvidos no processo de ensino e de aprendizagens a tomarem consciência de seu papel como atores e atrizes sociais e políticos no exercício da cidadania, da sustentabilidade, da valorização profissional, da diversidade cultural e dos valores para o bem comum.

Tudo visando a garantia dos princípios e direitos básicos da humanidade e da responsabilidade com o futuro. Esses princípios estão todos inscritos na concepção e

objetivos da educação básica e dos direitos, como também, na agenda 2030 do desenvolvimento sustentável.

A necessidade de construção e explicitação de dimensões, fatores e indicadores de qualidade que expressem a complexidade do fenômeno educativo precisa ocupar a agenda de políticas públicas para educação e a agenda de pesquisadores e profissionais do campo da educação e áreas afins. O avanço em termos de acesso e cobertura, principalmente no caso do ensino obrigatório, implica novas demandas de atendimento, que se relacionam diretamente com as condições de permanência dos alunos na escola e com as possibilidades de uma aprendizagem mais significativa e atual.

Para potencializar essa dinâmica, proponho a criação do setor de pesquisa de forma estruturada e com capacidade de respostas efetivas. Assim, disponibilizo um primeiro esboço do que pode vir a ser o Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas na Educação Básica (CEPEB).

O Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas na Educação Básica

Para que a pesquisa possa crescer e se desenvolver de modo a propiciar avanços e atuar nos desafios e nas políticas públicas de forma efetiva, é proposta aqui a criação do Centro de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas na Educação Básica (CEPEB). O CEPEB será um lugar de atividades no qual se integram a investigação científica e a prática cotidiana na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), além de outras instituições parceiras.

O centro poderá ser composto, em um primeiro momento, por grupos, núcleos e laboratórios, com pesquisadores, voluntários/colaboradores, estudantes da SEEDF e de outras instituições. Essa composição servirá para desenvolver projetos de grande, médio e pequeno porte, ou em cooperação com órgãos de governo, empresas públicas e privadas, universidades, institutos de pesquisa científica e tecnológica nacionais e internacionais, além de órgãos de fomento.

O Centro de Pesquisa poderá ser vinculado à Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e assumirá o papel de posicionar a SEEDF como referência na área. O setor assumiria como diretriz temática a educação pública e básica do Distrito Federal, e sua atuação seria preferencialmente multidisciplinar, envolvendo pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, tais como empresas, unidades universitárias, subsecretarias da SEEDF e outras secretarias do GDF.

O centro também levaria em consideração projetos intersetoriais, visando a complementaridade entre as áreas de conhecimento. Para isso será necessário criar uma estrutura básica.

Proposta de estrutura básica do CEPEB

1. Diretoria do CEPEB

A diretoria teria a responsabilidade de estabelecer metas e objetivos de curto, médio e longo prazo em acordo com os documentos oficiais, e implementar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações previstas no âmbito da SEEDF/EAPE que são da área de pesquisa. Trabalhar as demandas advindas dos parceiros internos e externos. Estabelecer parcerias, convênios, ações no âmbito da pesquisa na educação básica em nível local, nacional e internacional. Coordenar a articulação das atividades de investigação, o fomento à pesquisa, como também garantir a construção de uma agenda participativa alinhada com a estratégia de contribuir com o processo decisório no setor e na SEEDF/EAPE.

Tem ainda a função de coordenar as ações de representação e de defesa de interesses do setor de pesquisa da SEEDF/EAPE. Manter um diálogo ativo e transparente com os Poderes Executivo e Legislativo em nível local, com as organizações de fomento à pesquisa e com a sociedade. Atuar para ampliar as ações de influência sobre as políticas públicas de interesse da educação no DF.

1.1 Assessoria acadêmico-pedagógica

Atuaria diretamente na gestão e ações pedagógicas e de pesquisa nos diferentes setores da SEEDF e EAPE.

1.2 Assessoria de relações institucionais

Atuaria na articulação interna e externa visando a garantia de acordos locais, nacionais, internacionais e o fomento as ações afetadas a diretoria de pesquisa.

1.3 Secretaria da pesquisa

Responsável por organizar e participar dos afazeres básicos e cotidianos da diretoria.

1.4 Apoio administrativo

Atuaria em conjunto com a secretaria da pesquisa.

1.5 Revista de Políticas Públicas da Educação Básica

Seria um periódico importante para divulgação do conhecimento sobre as políticas de educação básica no DF, no Brasil e no mundo.

2. Gerência de cursos, extensão e projetos de intervenção

Essa gerência visa atuar na oferta de cursos, oficinas, palestras, seminários, visitas técnicas, encontros multidisciplinares e atividades como rodas de conversa, no âmbito da pesquisa na SEEDF/EAPE. Esse setor também ofertaria cursos de elaboração de projetos de pesquisa interventivos, ciclos de palestras sobre temáticas relacionada à pesquisa, tais como métodos e metodologias aplicadas à pesquisa, assim como para a divulgação de pesquisa com temáticas pertinentes à educação básica e aos princípios norteadores do setor.

Realizaria também encontros e seminários por demanda e necessidades, em conjunto com parceiros internos e externos. Elaboraria e ofertaria minicursos temáticos e realizaria ações de formação continuada. Seria responsável pela autorização de pesquisa, como também auxiliaria nas demais áreas da EAPE no âmbito de seus interesses de pesquisa.

2.1 Coordenação de cursos e projetos de intervenção

Atuaria na coordenação dos cursos e ações de formação continuada por meio de projetos interventivos em problemas concretos em diferentes níveis e setores da educação.

2.2 Coordenação de extensão

Realizaria ações de pesquisa e extensão junto à comunidade escolar, à SEEDF e parceiros. Essas ações incluiriam parcerias com trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes e comunidade. O setor também planejaria, realizaria, acompanharia, monitoraria e avaliaria programas e projetos de extensão.

3. Gerência de pesquisa e intervenção

A gerência teria como foco o trabalho de coordenar as ações das diferentes coordenações, elaborando planos de ação de curto, médio e longo prazo. Monitoraria e auxiliaria na elaboração de propostas junto às coordenações da diretoria por meio de instrumentos próprios e relatório semestral circunstanciado. Com critérios científicos e éticos, auxiliaria os demais setores visando identificar, selecionar, processar e analisar dados estatísticos, fatos históricos e sociais, evidências setoriais e locais, com apoio de tecnologias sociais, materiais ou digitais.

3.1 Coordenação de relações internas

Atuaria com as demandas e ações de pesquisa junto à SEEDF. Auxiliaria as diferentes subsecretarias e setores da EAPE, como também estabeleceria relações com a FUNAB e instituições de formação de servidores e ensino superior no governo do DF.

3.2 Coordenação de grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa

Essa coordenação atuaria na constituição de grupos com cadastro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e, se houver, em cadastros locais e, quando for pertinente, em cadastros nacionais e internacionais. Nesses grupos conviverão pesquisadores da EAPE, profissionais da SEEDF, profissionais liberados para cursos de graduação, de pós-graduação, mestrado, doutorado e de pós-doutorado, pesquisadores externos, estudantes da rede pública, universidades e outras parcerias aprovadas internamente, por meio de normativo próprio.

Os grupos serão organizados por temáticas e linhas de pesquisa de interesse da SEEDF/EAPE e parceiros, haverá uma liderança/coordenação em cada grupo. Tal ação atua na busca por experiências compartilhadas e o compromisso com a produção científica, tecnológica, esportiva, artística cultural e de qualidade na educação pública e básica, como também com suas diversas interfaces e multiplicidades.

O Núcleo de Pesquisa constitui uma estrutura organizacional de pesquisa pertencente à SEEDF/EAPE, que se caracteriza pela associação de pesquisadores integrantes de um ou mais grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, ou em cadastro a ser criado pelo GDF, de estudantes, profissionais da educação, pesquisadores externos comprometidos com o desenvolvimento de atividades de investigação científica relacionadas com a área de políticas públicas educacionais, formação continuada e desafios da educação, com foco em problemáticas comuns de investigação científica e empírica.

O Laboratório de Pesquisa constituiria-se de uma estrutura de pesquisa vinculada à SEEDF/EAPE em espaço físico determinado. Esse espaço será composto de equipamentos, de pessoas e de materiais adequados, com a finalidade de realizar projetos de pesquisa que exijam o desenvolvimento de experimentos, testes, procedimentos controlados de pesquisa, criação e produção científica e tecnológica em diferentes áreas de formação continuada e outros.

Conclusão

Há muitas formas de se enfrentar esse debate, desde a análise do processo de organização do trabalho escolar, que passa pelo estudo e pesquisa das condições de trabalho, da gestão da escola, do currículo, da formação docente, das inovações técnicas e tecnológicas, até a análise de sistemas e unidades escolares que podem se expressar, por exemplo, nos resultados escolares obtidos a partir das avaliações internas e externas.

Além desses aspectos, é fundamental ressaltar que a educação se articula nas diferentes dimensões e espaços

da vida social, sendo ela própria elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade e em determinada época.

Tendo em vista a importância de um setor de pesquisa voltado para as questões atinentes à Educação

Básica, como também suas necessidades e potencialidades, registramos graficamente (Apêndice 1) a estrutura mínima do CEPEB, que pode ser discutida e aprimorada futuramente. O intuito é que o Centro de Pesquisa possa tornar-se um Instituto multidisciplinar e intersetorial de Políticas Públicas com foco na Educação Básica, com publicação regular de seus resultados concretos. ■

Notas

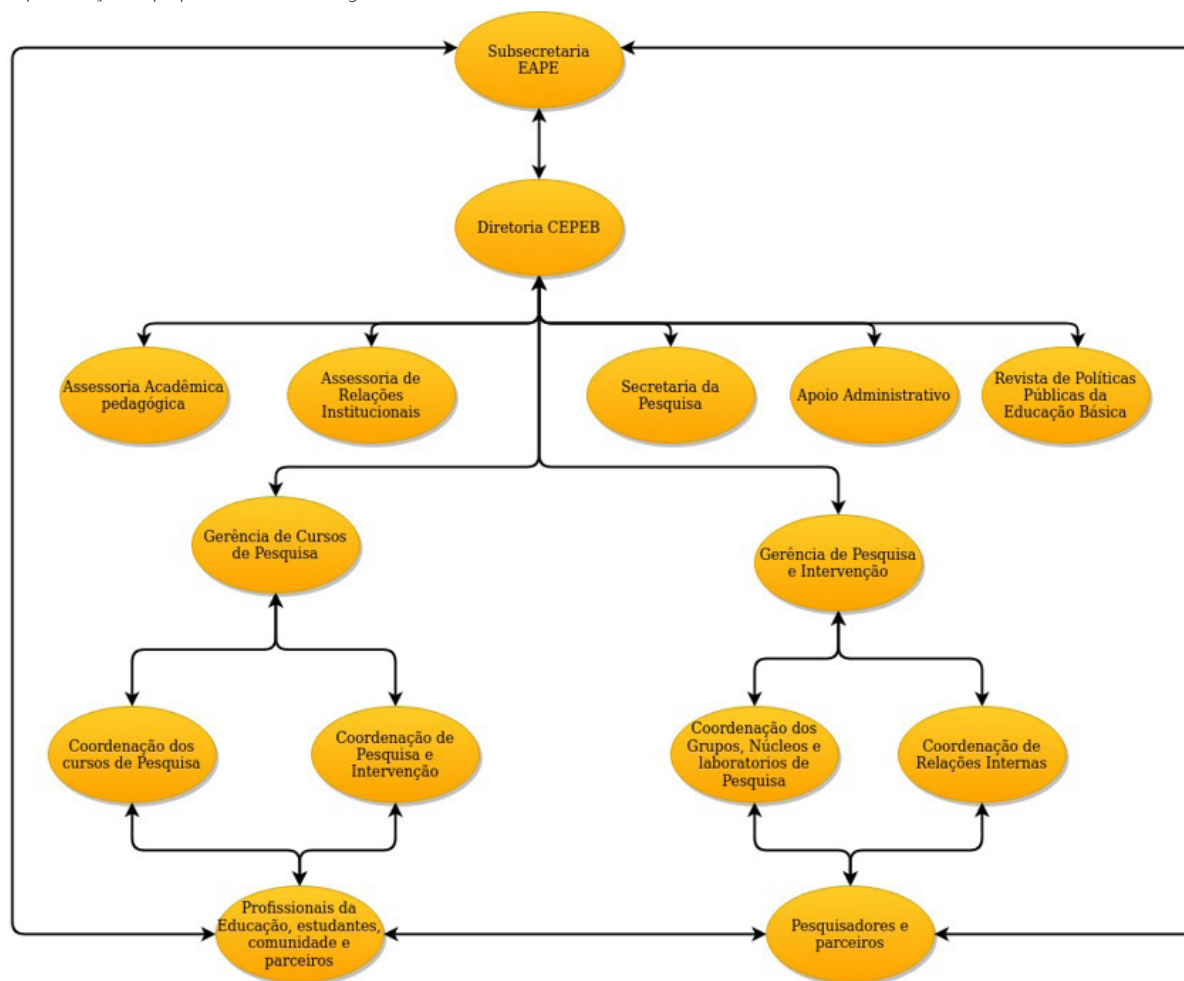
¹ Vistos aqui como Actantes, de acordo com a acepção que nos apresenta Latour (2012).

Referências

- BETTO, Frei. Paulo Freire: a leitura do mundo. In SADER, Emir; BETTO, Frei. **Contraversões civilização ou barbárie na virada do século**. SP. BOITEMPO EDITORIAL, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**.
- CRUZ FREITAS, Urânia Flores da. **Desenvolvimento à Moda Brasileira: Dinheiro e Desigualdades na Educação**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
- DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- DEMO, Pedro. **Saber Pensar: Guia da Escola Cidadã**. SP. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Formação Continuada. **Portaria 503**, de 14 de novembro de 2017.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Formação Continuada. **Portaria 11**, de 29 de janeiro de 2019.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos**. Brasília: SEEDF, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei 5.499**, de 14 de julho de 2015. Plano Distrital de Educação. Brasília, 2015.
- DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes de Formação Continuada**, Brasília: SEEDF, s/d.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa. Portugal Editora, 1966.
- FREITAS, Urânia Flores da Cruz. Ação-Reflexão-Ação: Trabalho, formação docente e aprendizagens. **Revista Com Censo**, v. 5, n. 3, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Luiz Fernando Dourado (Coordenador), João Ferreira de Oliveira, Catarina de Almeida Santos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base: seleção de roteiros organizados pelo CEPIS**. SP. Expressão Popular, 2012.

Apêndice 1

Representação da proposta de estrutura sugerida:



Fonte: Elaboração da autora.